

# NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 34 - Junho de 2017



Presidente: Antônio Vianna

## A Caixa em primeiro lugar



A ofensiva do governo federal contra as empresas públicas caminha a passos largos. Com a argumento de que precisa tornar as instituições eficientes, bancos como a Caixa são desmontados rapidamente, por meio da reestruturação. A sociedade precisa reagir. As empresas são fundamentais para o país.

Página 3

# FUNCEF: perguntas ficam no ar

O encontro realizado com o diretor presidente da FUNCEF, Carlos Vieira, em Salvador, teve muitos questionamentos dos participantes e poucas respostas. A apresentação foi recheada de publicidade e ações que pouco mexem com o atual cenário da Fundação.

Questões importantes ficaram de fora. Exemplos são muitos, como a dívida do contencioso que a Caixa deveria pagar. Se o banco quitasse o débito, que afeta o balanço e o desempenho atuarial, os participantes não teriam de cobrir déficit.

Sobre o assunto, Carlos Vieira disse que os departamentos jurídicos da FUNCEF e da Caixa estão em negociação na tentativa de encontrar uma solução para o problema. No entanto, participantes e assistidos não acreditam, pois falta vontade política e independência da atual gestão para enfrentar a direção do banco.

"Na realidade, esse enredo se arrasta há várias gestões e não se vislumbra uma saída em breve tempo", destaca o diretor da AGECEF-BA, Paulo do Amor Divino. O assunto, inclusive, dominou boa parte dos questionamentos no encontro.

O equacionamento em curso e outros que virão também foram amplamente questionados. Os participantes sugeriram a suspensão das cobranças de contribuições extras, que já os fatos narrados na Operação

Greenfield interferiram nos resultados atuariais da Fundação.

A falta de transparência nas ações da FUNCEF, como a recusa em divulgar o custo de contratação de empresa de consultoria "para melhorar a sua

gestão administrativa e financeira" chamou atenção de todos os 120 participantes. O encontro foi uma iniciativa da AEA (Associação dos Economistas Aposentados da Bahia), em parceria com a AGECEF-BA e a APCEF.



## AGECEF-BA: Lado a lado com as entidades

Um movimento vitorioso se faz com unidade. A AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) sabe disso e, para construir ações vitoriosas, capazes de debater frente a frente com a direção da Caixa, anda lado a lado das entidades representativas dos empregados. Com o Sindicato é assim.

Tanto que o diretor Antônio Messias está entre os diretores que tomaram posse no último dia 8 de junho. O mandato é de três anos (2017 | 2020). Na presidência, Augusto Vasconcelos, também empregado da Caixa.

O entendimento de todos da AGECEF-BA é que as atividades dos trabalhadores devem ser planejadas e executadas em conjunto. Para isso, as parcerias são fundamentais.

## Ações da Vale

O encontro com o diretor presidente da FUNCEF, Carlos Vieira, ocorrido em 20 de junho, discutiu tudo. Pelo menos, os presentes perguntaram. Já as respostas, sempre foram vazias.

A situação da carteira das ações da Vale, cujo investimento representa parcela significativa dos ativos da Fundação, e o resultado contribui para os déficits recentes esteve em pauta. A carteira é avaliada por Laudo de Precificação, visto que até abril passado o acordo entre acionistas imposto pelo governo FHC engessava a venda da posição ativa por 20 anos.

Mas, quando observado o balanço até novembro de 2016, curiosamente, apesar do bom desempenho das ações da companhia, que valorizaram entre 97 e 127%, o resultado acumulado no balanço era 17,7% negativo. Difícil de entender também a falta de transparência no trato dessa questão sobre o destino que será dado a esses ativos.

Questionado pelo diretor da AGECEF-BA, Paulo do Amor Divino sobre essa decisão, o diretor presidente Carlos Vieira não foi conclusivo e disse que a decisão ainda não está tomada. Enquanto isso, a FUNCEF anunciou o início de mais processo de equacionamento do déficit de 2015, a começar em 20 de julho para os participantes e assistidos do REG/REPLAN Saldado e outubro para os do REG/REPLAN Não Saldado.



# Bancos públicos sob ataque

Dificuldade no acesso ao crédito, produtos mais caros, fim do sonho da casa própria, queda no consumo das famílias, dificuldade na agricultura familiar, aumento das desigualdades sociais. Esse é um pequeno resumo do que a sociedade brasileira pode sofrer, muito em breve, com o desmonte dos bancos públicos.

O assunto foi amplamente debatido pelos mais de 100 bancários que marcaram presença no Encontro dos Bancos Públicos, realizado no último dia 17 de junho, em Salvador.

Ciente da importância do momento, o presidente da



## Em defesa da Caixa

Os bancários garantiram em 2016 Convenção Coletiva de Trabalho válida por dois anos. O acordo, que também vale para os empregados da Caixa, garante aumento real de 1% para este ano. A luta, no entanto, não acabou. Na Bahia, os empregados da Caixa já definiram as prioridades e a defesa do banco 100% público é a principal. As discussões aconteceram no Encontro dos Bancos Públicos. Outras propostas não menos importantes foram deliberadas e serão apresentadas no 33º CONECEP, entre os dias 30 de junho e 2 de julho, em São Paulo.

O diretor da AGECEF-BA Pau-

AGECEF-BA (Associação de Gestores da Caixa), Antônio Vianna, o vice-presidente, Luciano Talavera, e os diretores Paulo do Amor Divino, Rogério Teixeira, Antônio Messias e Sâ-mio Cássio marcaram presença no Encontro.

Com o argumento de que precisa reduzir os gastos públicos para a economia voltar a crescer e o país superar a crise, o presidente Michel Temer, promove reformas que atentam contra toda a sociedade e impõe um ajuste fiscal que extrapola medidas a curto prazo, validando um plano de austeridade de longo prazo.

Ao mesmo tempo em que perdoa dívidas dos bancos privados e de empresas, desmonta estatais fundamentais para o crescimento do país, corta recursos para a saúde, educação e Previdência - congelando os investimentos por 20 anos. Um verdadeiro ataque contra



lo do Amor Divino apresentou a pauta desenvolvida com ampla participação dos gestores e que envolve todos os empregados. A falta de transparência da GDP é um dos problemas apontados. O documento pede ainda a revogação do RH 184, uma FUNCEF transparente e superavitária, melhoria da qualidade de trabalho. Outros assuntos também serão levados, como verticalização.



o Estado brasileiro. O alerta foi dado pela economista do Dieese. Ana Georgina chamou atenção ainda para as verdadeiras causas do desequilíbrio

fiscal. "O problema decorre da adoção persistente de políticas de juros altos, swaps cambiais e do compromisso com uma dívida impagável", explicou.

## Empregos começam a sumir

Os dados não deixam dúvidas. Os bancos públicos realmente estão sendo sucateados e o quadro de pessoal é um dos primeiros a serem atingidos. A redução é drástica. Na Caixa, foram eliminados quase 5 mil postos de trabalho neste ano, consequência do PDVE (Plano de Desligamento Voluntário Extraordinário).

Agências também estão sendo fechadas. Desta forma, o processo de reestruturação vai diminuindo a qualidade do atendimento, transformando a sobrecarga de trabalho em regra, desgastando e enfraquecendo a imagem das empresas públicas perante a sociedade.

Ao mesmo tempo, promove retaliações aos bancários. Da noite para o dia, muitos perderam a função e tiveram os salários reduzidos. Outros podem perder a qualquer momento.

O nível de estresse é muito grande e o empregado trabalha no fio da navalha o tempo todo.

Assunto do Encontro dos Bancos Públicos, realizado no último dia 17 de junho, em Salvador, o desmonte das empresas, alvos de ataques contundentes, mostra que o governo de Michel Temer não está disposto em ceder e, portanto, não abre mão da proposta de privatizar o patrimônio nacional.





# Só eleição direta unifica o Brasil

A crise do governo Temer, que chegou à presidência da República por meio de um *impeachment* muito contestado, a recessão econômica, as denúncias de corrupção de políticos da base aliada, inclusive do presidente, fazem do Brasil hoje um país dividido, onde os discursos fascistas crescem. O cenário é preocupante.

Em meio à turbulência, aumenta o movimento por eleição direta, para retomar a democracia. Não é difícil entender. Basta uma análise sobre o Brasil pós 2014, quando Dilma Rousseff derrotou Aécio Neves, nas urnas, como deve ser em um país democrático.

Até o fim de agosto do ano passado, a grande mídia e setores da sociedade clamavam que o impedimento de Dilma Rousseff era a saída para estabilizar o país. A cada passo em falso do governo, alterações no câmbio eram alardeados pela imprensa como "sinais do mercado". Milhares de brasileiros acabaram comprando essa tese.

Na sequência, um novo argumento foi apresentado. O "novo" governo - respaldado de novo pela grande mídia - defendeu que um pacote de reformas era o único caminho para a retomada do crescimento econômico. Assim aprovou, em meio a pro-

testos, a PEC dos gastos, a terceirização e tenta a todo custo aprovar as reformas da Previdência e trabalhista.

Mas, embora o governo corra para aprovar a pauta do mercado financeiro, não há "retomada da confiança", como pretendido. Obviamente, não há confiança sem segurança jurídica e estabilidade política. Golpes parlamentares custam caro e é o brasileiro que está pagando. As incertezas políticas, o desemprego, a perda do poder de compra do trabalhador, corroem a economia e a dívida pública continua a crescer.

Para superar o cenário de retrocesso, as urnas são fundamentais. Um governo sem legitimidade é incapaz de atender aos interesses do povo. É claro que o Brasil precisa de reformas profundas. Mas não essas que são colocadas por Michel Temer a mando do mercado financeiro.

Para reduzir as desigualdades sociais e retomar o desenvolvimento é preciso de reforma política, tributária, agrária e também de empresas públicas fortes, capazes de competir com as privadas e de atender aos interesses da sociedade brasileira.

## VOCÊ SABIA?

### Nova classe média não existe

O assunto é bastante polêmico, dá para confessar. Muitos ficarão indignados e não concordarão. Outros começarão a ver com outros olhos. O fato é que não existe nova classe média, nem no Brasil. É o que defendem estudiosos como Marilena Chauí.

Há alguns anos, quando o país viva um boom, com geração de emprego e melhoria da renda da população, uma afirmação da filósofa causou furor entre setores da sociedade. Durante palestra, disse odiar a classe média. Mas, ela não se referia a tal "nova classe média". Essa não existe. Na verdade, nunca existiu.

Segundo Chauí, o que de fato houve no Brasil foi o surgimento de uma nova classe trabalhadora, que não possui um ideário pelo qual lutar. Portanto, é sugada pelos valores da classe média: o individualismo, a competição, o sucesso a qualquer preço, o consumo. Marilena Chauí explica que o que distingue uma classe social da outra



não é a renda ou a escolaridade.

O que diferencia é a maneira de inserção no modo social de produção. "Se você se insere como proprietário privado dos meios sociais de produção, você é capitalista. Se você é assalariado que vende sua força aos proprietários privados dos meios sociais de produção, você é proletário. Quando não se é nenhum dos dois, ocupando uma posição intermediária da pequena propriedade comercial, agrícola e das profissões liberais, você constitui a classe média".

Esta classe média, de acordo com Chauí, é movida pelo desejo de se tornar detentora dos meios sociais de produção e possui um pavor de se tornar parte da classe trabalhadora. Assim, sustenta o sonho através da ordem, da repressão e da segurança.

